

Este volume contém os trabalhos contemplados com as primeiras colocações do Concurso e integrará a publicação com os demais classificados a ser lançada em 2027.

Boa leitura!

Divisão de Memória Institucional da RFB

Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Fazenda
Dario Carnevalli Durigan

Secretário Especial da Receita Federal do Brasil
Robinson Sakiyama Barreirinhas

Subsecretária-Geral da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Adriana Gomes Rêgo

Subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil
Gustavo Andrade Manrique

Coordenador-Geral de Atendimento
José Carlos Nogueira Junior

Chefe da Divisão de Memória Institucional
Fabiane Paloschi Guirra

Comissão Julgadora do 17º Concurso Histórias de Trabalho da RFB
Márcio da Silva Ezequiel - Dicim/Cogea - Presidente da Comissão
Ana Catarina de Lucena – Gabin - UC
Branca Moura Machado - SRRF06
Juliana Maria de Lucena - DRF/Santo André
Rudimar Radatz - DRF/Novo Hamburgo

Histórias de Trabalho da
Receita Federal do Brasil

Histórias de Trabalho da Receita Federal do Brasil

Trabalhos Premiados

17ª Edição 2026

Primeiro Lugar - Prosa:

O disquete devolvido

Gelson Machado Guarçoni

Auditor Fiscal – Copei – UC

— Mas vocês não vão ficar com ele?

— Não, senhor. Pode levar.

— E a minha declaração? Foi entregue?

— Foi.

— Tem certeza?

— Absoluta.

— E o comprovante?

— Está gravado aí dentro, no próprio disquete.

O contribuinte olhava para o quadradinho de plástico como quem recebe de volta uma carta que acabara de despachar no correio. Conferia o disquete, me conferia, conferia o disquete outra vez. E lá se ia, desconfiado, levando para casa a própria declaração do imposto de renda — e, sem saber, um pedacinho do futuro.

Abril de 1998, Campos dos Goytacazes. Passei aquele mês devolvendo disquetes a pessoas que não queriam levá-los de volta. Para explicar como me meti nessa situação, preciso recuar alguns meses.

Tomei posse em dezembro de 1997 — Auditor-Fiscal do Tesouro Nacional, como o cargo ainda se chamava. Morava em Vitória, no Espírito Santo, e de repente me vi no norte fluminense, numa delegacia pequena, cercada de canaviais, calor e desafios, ao lado de outros seis colegas tão novatos quanto eu. Logo nos primeiros meses, a delegada Yara me convidou para ser seu assistente, o que na prática significava ajudar em tudo o que aparecesse pela frente. Circulei por todos os setores e fui descobrindo que a Receita Federal era muito mais diversa do que os manuais do concurso davam a entender.

Em março de 1998 começou o Programa Imposto de Renda daquele ano. Hoje parece pré-história, mas vale lembrar o rito. O contribuinte preenchia a declaração no computador, no famoso PGD — Programa Gerador da Declaração —, gravava tudo num disquete, aquele quadrado de plástico que os jovens de hoje só conhecem como um ícone que significa "salvar", e o levava pessoalmente a uma unidade da Receita ou a uma agência da Caixa, dos Correios ou do Banco do Brasil. O atendente validava o arquivo, imprimia o recibo e ficava com o disquete. Os disquetes iam se acumulando em caixas com capacidade para cem unidades; caixa cheia, gerava-se o relatório de fechamento, transmitia-se o lote, e ela seguia lacrada para o arquivo. Um processo organizado e, para a época, avançado — sobrava ainda, claro, o velho formulário de papel, com suas rasuras, seus erros de preenchimento e sua custosa digitação manual.

Mas havia algo novo no ar.

No ano anterior, quase em silêncio, o Brasil se tornara o primeiro país do mundo a receber declarações de imposto de renda pela internet. O Receitanet transmitia a declaração gerada no PGD diretamente para

os servidores do SERPRO, sem que fosse preciso entregar o disquete em unidade alguma. Ao final, o programa devolvia um recibo eletrônico, gravado no disquete do próprio contribuinte.

Hoje isso parece tão banal quanto mandar uma mensagem pelo celular. Em 1998, era quase ficção científica. A internet comercial engatinhava, o acesso era discado, e toda conexão começava com aquele concerto eletrônico dos modems — chiados e apitos que serviam de hino de abertura da rede. Confiar a declaração do imposto de renda a uma linha telefônica invisível exigia, convenhamos, certa dose de coragem.

Eu achei aquilo irresistível.

Com o aval da delegada Yara, procurei Maria Tereza, chefe do Centro de Atendimento ao Contribuinte, sempre aberta ao que pudesse melhorar o atendimento. Ela topou na hora. E, com o apoio do Francisco, chefe do serviço de tecnologia, instalamos o Receitanet nas dez estações de trabalho do CAC.

O primeiro obstáculo foi doméstico: convencer os próprios atendentes de que aquilo funcionava. Não era pouco. Durante anos, eles haviam recebido, conferido, empilhado, lacrado e arquivado milhares de disquetes — e agora eu aparecia dizendo que bastava apertar alguns botões para a declaração viajar sozinha até Brasília. Foi preciso algum treinamento — e algumas transmissões bem-sucedidas — para o ceticismo começar a ceder. O atendimento ficou mais rápido, as filas andavam melhor e, de quebra, ninguém mais sentiria saudade de carregar caixas de disquetes.

O segundo obstáculo era bem maior: os contribuintes. Foi quando me tornei, sem constar de portaria alguma, o “devolvedor oficial de

disquetes da delegacia". A conversa do balcão — aquela que abre esta história — repetia-se dezenas de vezes por dia, com pequenas variações e a mesma desconfiança. Para muita gente, era simplesmente impossível que algo tão importante viajasse por um fio de telefone e chegasse ao destino certo. A confiança ainda morava no papel, no carimbo, no protocolo.

Aos poucos, porém, a coisa virou. Os contabilistas da cidade começaram a comentar. A imprensa local se interessou; houve até reportagem na televisão. As filas diminuíram, e muitos contribuintes passaram a procurar o CAC de Campos justamente para entregar a declaração "pela internet" — pronunciando a expressão com o cuidado de quem arrisca uma palavra estrangeira.

E assim chegamos ao último dia útil de abril de 1998: o relógio correndo para a meia-noite e nós transmitindo as declarações dos últimos contribuintes, sem cerimônia alguma e sem a menor ideia de que participávamos de um pequeno capítulo da transformação digital do Estado brasileiro.

A surpresa veio semanas depois, com as estatísticas nacionais do programa. No país inteiro, o uso do Receitanet ainda era discreto. Quase no país inteiro. Havia um ponto fora da curva: a pequena delegacia de Campos dos Goytacazes aparecia como a unidade que, proporcionalmente, mais recebera declarações pela internet em todo o Brasil.

Não houve grande projeto nacional nem campanha milionária. Houve uma tecnologia promissora, uma equipe disposta a experimentar e alguns servidores públicos convencidos de que o futuro chegaria de

qualquer maneira — e de que era melhor abrir logo a porta do que esperar que ele batesse.

Hoje, quase três décadas depois, a Receita Federal recebe mais de 44 milhões de declarações por ano, enviadas do computador ou do celular, com uso crescente da pré-preenchida, cruzamentos automáticos e validações que corrigem inconsistências antes mesmo da entrega. O que parece absolutamente normal era, em 1998, uma aposta ousada.

E eu gosto de pensar que, numa delegacia do interior cercada de canaviais — entre modems, disquetes devolvidos e boas doses de persistência —, demos um dos primeiros passos da Receita Federal digital que os brasileiros conhecem hoje.

O futuro chegou, afinal. E, por algumas semanas de abril de 1998, ele atendeu no balcão do CAC de Campos.

Segundo Lugar - Prosa:

Prompt: escreva um texto sobre tecnologia e os processos de trabalho da Receita Federal

Os desafios de exercitar a própria mente em tempos de inteligência artificial

Dayanna Lopes Chang

Analista Tributária – Sacin – SRRF07

Assim que vi a publicação na intranet sobre a abertura das inscrições para o 17º Concurso Histórias de Trabalho, já fui logo abrindo o editor de textos para escrever. Eu já tinha visto matérias sobre o concurso, mas nos anos anteriores, acabei não conseguindo parar para escrever porque ainda estava me adaptando à rotina do trabalho. Eu entrei na Receita Federal no concurso de 2023 no cargo de analista tributária e, formada em Comunicação Social, fui designada para integrar a equipe da Seção de Comunicação Institucional da 7ª Região Fiscal.

Foi uma grata surpresa começar a trabalhar no órgão dentro da minha área de conhecimento. E uma surpresa maior ainda saber que na Receita Federal temos essas oportunidades de compartilhar nossas vivências. Por isso, tinha prometido a mim mesma que em um próximo concurso, eu submeteria um texto meu. Mas confesso que quando vi o

tema sugerido desta edição *"Do papel ao digital: mudanças e aprendizados no meu trabalho"*, eu travei.

Travei porque, atualmente, no meu dia a dia no trabalho, estou acostumada a abrir o software de Inteligência Artificial, dar meia dúzia de instruções e receber um texto base praticamente pronto, exigindo apenas alguns ajustes antes de ser publicado. Se algum tempo atrás era constrangedor admitir que o texto foi escrito por inteligência artificial, hoje deixar de utilizá-la já é considerado como um desperdício da tecnologia que nós temos à nossa disposição. Para que perder tempo elaborando um texto, pensando em sinônimos e na conjugação verbal, se podemos usar um *prompt* e obter algo que demoraríamos horas para elaborar?

E foi exatamente por isso que travei.

Travei porque este texto que você está lendo está sendo 100% elaborado por minha própria mente e digitado pelas minhas próprias mãos. Se eu tivesse como registrar e gravar a minha pessoa digitando para comprovar, certamente o faria. Mas acredito que não precisamos de tanto. Basta verificar que no decorrer da leitura haverá alguns erros de concordância e uma linha de raciocínio talvez não tão linear quanto a produzida por uma IA. E esse é o charme.

Quando finalmente comecei a pensar sobre o que poderia escrever sobre o tema do concurso, logo lembrei da minha colega incrível de equipe, a Kátia Cilene. A Kátia tem cerca de 35 anos de serviço neste órgão, mas entramos praticamente juntas na Seção de Comunicação. Criamos uma relação de parceria muito bonita e ela sempre compartilha comigo muitas das suas histórias, principalmente dos seus primeiros anos de casa, quando integrava o time da Malha Fiscal.

Uma dessas histórias, foi quando eu comentei com ela que ainda tinha muitas dificuldades para preencher a declaração de imposto de renda. Ela me afirmou que hoje em dia é bem mais simples do que era antigamente e começou a me contar em detalhes como era feito todo o processo. Basicamente, ela recebia em mãos calhamaços e calhamaços de papel referentes às declarações. Eu, que comecei a entregar a declaração apenas depois de empossada, não imaginava como era toda essa dinâmica.

Em um resumo bem resumido, o contribuinte precisava retirar os formulários impressos nos locais autorizados, preencher cada campo manualmente, realizar os seus próprios cálculos e conferir diversas vezes para evitar erros. Era comum ter que anexar os comprovantes ali mesmo, grampeados na folha. Depois, os documentos eram entregues em agências bancárias ou Correios, e encaminhados à Receita Federal. E, claro, todo o processamento desse conteúdo dependia de atividades manuais realizadas pelos servidores, como minha colega, por exemplo.

Segundo a Kátia, em épocas de pico, a mesa dela simplesmente desaparecia debaixo das pilhas de papel que chegavam. Era preciso abrir espaço entre os formulários para conseguir continuar trabalhando. Ela conta que tinha uma calculadora enorme que ficava ao lado dela o dia inteiro com a bobina de papel se enrolando conforme os números eram digitados. Ao final de cada declaração, aquela fita de papel virava uma espécie de prova. Se alguém questionasse o cálculo, ali estava o registro impresso, linha por linha. Um erro nesse processo e o resultado poderia ser catastrófico.

Depois a situação melhorou um pouco, pois o papel virou disquete, com o desenvolvimento do sistema. Os cálculos foram automatizados e

a calculadora da minha colega foi aposentada. Felizmente, o uso da internet se firmou no cotidiano da população e o contribuinte não precisava mais se deslocar fisicamente para entregar sua prestação de contas. Bastava preencher o programa e enviar os dados eletronicamente. O que antes exigia formulários, grampeadores e atendimento presencial passou a acontecer em poucos minutos diante de uma tela.

E, em 2011, a Receita Federal deixou definitivamente de aceitar declarações em papel e consolidou seu processo digital. (Abrindo um parêntese aqui só para informar que para evitar o uso da IA, eu tive que pesquisar essa informação no livro que fica na minha sala *História do Imposto de Renda no Brasil,* e me senti voltando aos meus 9 anos de idade fazendo uma pesquisa escolar em minha enciclopédia.)

Brincadeiras à parte, sabemos que essa mudança representou muito mais do que uma simples substituição de um suporte físico por um eletrônico. Diversas atividades repetitivas e monótonas passaram a ser automatizadas, tornando os processos mais ágeis e eficientes.

Mas a modernização não foi só no processamento do IR. Outro exemplo mais recente foi quando acompanhei a equipe da Divisão de Vigilância e Repressão ao Contrabando e Descaminho da 7ª Região Fiscal em uma operação em um depósito de *marketplace*. O local era imenso, com milhares de mercadorias e funcionários trabalhando sem parar. Achei que a operação fosse demorar o dia inteiro, até separar e conferir todo o material. Mas com a automatização do processo, bastou um clique do leitor de código de barras na etiqueta da encomenda para que o programa logo identificasse o Termo de Retenção. Antes, o pessoal da Direp me contou que era necessário conferir todos os números do

código de barras com a listagem e escrever o termo manualmente, à caneta.

Saí daquela operação pensando em quantas outras rotinas da Receita devem ter passado por transformações parecidas, muitas vezes silenciosas, sem que a gente pare para perceber. E, claro, não podia deixar de pensar também na minha própria rotina, já que o avanço tecnológico não só modificou a forma como os servidores trabalham, mas também como os contribuintes se relacionam com a instituição e como a própria informação passou a circular.

A Comunicação Institucional foi uma das áreas que também precisou se reinventar. Se antes o foco era produzir informativos impressos e publicações internas, hoje meu dia a dia é outro. Produzo vídeos, infográficos e conteúdos pensados para o ambiente digital, em formatos cada vez mais dinâmicos e adequados às diferentes plataformas.

Foi justamente ao refletir sobre essa evolução que comecei a pensar nos efeitos dela sobre mim mesma. Ao ouvir histórias como a da Kátia, percebi que cada geração de servidores enfrentou o desafio de se adaptar às transformações do seu tempo. Sendo recém-chegada à Receita Federal, talvez eu também esteja vivendo uma dessas mudanças. A diferença é que, para mim, a questão não é abandonar o papel ou aprender um novo sistema, mas entender como aproveitar as vantagens das ferramentas de inteligência artificial sem perder a mão.

Como profissional da área de comunicação, noto diariamente o impacto dessa tecnologia. O curso presencial que fiz anos atrás em uma escola de informática, voltado ao pacote de design gráfico, se torna cada vez mais obsoleto com o potencial absurdo que as IA de geração de

imagens executam. O que antes levava horas para produzir uma arte para um convite institucional, um banner de Cidadania Fiscal ou corrigir uma foto escura, agora pode ser feito por qualquer pessoa em segundos. Não é fácil competir com essa velocidade e, sinceramente, em muitos momentos, não vale a pena insistir em fazer algo "do jeito difícil".

Um outro exemplo é que eu poderia simplesmente ter digitado o título deste texto *"Prompt: escreva um texto sobre tecnologia e os processos de trabalho da Receita Federal"* e pronto. Um belíssimo artigo me seria entregue com introdução, desenvolvimento e conclusão. Claro, não se deve jamais pular a etapa de leitura e revisão deste texto feito pela máquina, mas a economia de tempo e esforço é valiosa e o resultado fica ali beirando o perfeito.

Mas seria o correto?

Porque, agora, eu acredito que chegamos a um ponto delicado no qual surge um dilema. Como conseguir continuar exercitando o próprio cérebro quando existe uma máquina pronta para pensar parte do caminho por nós?

Que a inteligência artificial é uma ferramenta extraordinária e seu uso responsável traz ganhos inegáveis, nós já sabemos. Mas o que está em jogo é o risco de delegarmos tanto à máquina que deixemos de praticar habilidades que levamos anos para desenvolver.

Criar é uma dessas habilidades. Planejar é uma dessas habilidades. Escrever é uma dessas habilidades. Quando organizamos ideias em um texto, estamos fazendo muito mais do que juntar palavras. Estamos refletindo, estruturando raciocínios, selecionando informações relevantes e desenvolvendo nosso pensamento crítico.

Talvez por isso eu tenha travado quando comecei este relato.

Pela primeira vez em muito tempo, percebi o quanto estava desacostumada a enfrentar uma página em branco sem buscar auxílio imediato da inteligência artificial. Não porque eu não soubesse o que dizer, mas porque já havia me habituado ao conforto de ter alguém sugerindo por onde começar.

Para mim, foi um exercício bastante interessante.

Posso ter levado bem mais tempo. Posso ter apagado mais frases. Posso ter mudado a ordem dos parágrafos. Voltei atrás em algumas ideias. Talvez alguma construção não esteja tão bem elaborada ou seja um pouco repetitiva. Mas em compensação cada linha foi escrita a partir da minha percepção.

E, claro, este texto também só foi possível porque tive a oportunidade de conhecer pessoas incríveis nesta casa. Essas pessoas compartilharam comigo suas histórias, seus processos de trabalho, por onde andaram e o que aprenderam por lá. São elas que me contaram com suas próprias palavras e de forma única o que vivenciaram durante todos esses anos. E talvez, daqui a alguns anos, seja eu que esteja contando essas mudanças para quem entrar depois de mim.

Do papel ao digital, muita coisa mudou na Receita Federal. As pilhas de formulários deram lugar aos sistemas eletrônicos. Os sistemas agora dividem espaço com as ferramentas de IA. Mas eu continuo acreditando que nenhuma tecnologia substituirá aquilo que constrói a memória desta instituição: as pessoas que vivem essas histórias e escolhem contá-las.

Porque eu ouvi todas essas histórias pensando que, se elas não tivessem me contado, esses detalhes simplesmente se perderiam. Não tem manual, nem sistema. E, talvez puxando um pouco de sardinha,

iniciativas como este concurso são fundamentais para o devido registro dessas vivências. Confesso que estou ansiosa para ler os demais relatos.

Confesso também que se cheguei até o final deste texto sem recorrer à inteligência artificial, considero que já conquistei uma pequena vitória. Não contra a tecnologia, mas a favor da minha própria capacidade de continuar construindo ideias por conta própria. E, se você chegou ao final dessa leitura sem recorrer a um resumo gerado pela IA, talvez tenha feito o mesmo.

Terceiro Lugar - Prosa:

O contagiante ContÁgil

Daniel Belmiro Fontes

Auditor-Fiscal – Ascom – UC

Há histórias que nascem planejadas para se tornar marcos institucionais. Outras começam quase por acaso, entre corredores, reuniões e apostas em ideias que ainda não convenceram a todos. A história do ContÁgil pertence um pouco aos dois mundos.

Voltamos às proximidades da virada da primeira década dos anos 2000. A Receita Federal vivia um daqueles momentos em que o futuro bate à porta antes que a organização esteja completamente preparada para recebê-lo.

O Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) dava seus primeiros passos. O universo das escriturações e documentos fiscais eletrônicos começava a surgir. Para muitos, tratava-se apenas da substituição do papel por arquivos digitais. Para alguns poucos visionários, porém, era evidente que estava nascendo uma nova forma de fiscalizar.

A contabilidade das empresas atravessava uma transformação sem precedentes. Em pouco tempo, livros e registros contábeis deixariam de ocupar armários e arquivos para existir apenas em meio eletrônico. A

fiscalização precisaria evoluir na mesma velocidade. O Sped estava surgindo e gerando um volume inédito de dados digitais, que, caso não fossem tratados, poderiam gerar um cemitério de dados e uma cegueira fiscal.

Uma nova complexidade tinha acabado de se materializar. O RTT (Regime Tributário de Transição) foi instituído no Brasil pela Medida Provisória nº 449 de 2008. O objetivo central do regime era garantir a neutralidade tributária para as empresas, mas descolou a contabilidade empresarial da contabilidade fiscal e obrigou a Receita Federal a criar o FCont, Controle Fiscal Contábil de Transição, para reverter os novos efeitos contábeis no resultado do Lucro Real. Convenhamos, uma novidade revolucionária e assustadora para o futuro da auditoria fiscal.

Naquela época, a Receita possuía sistemas de auditoria que já não acompanhavam adequadamente a nova realidade digital. No entanto, havia uma oportunidade singular. Um projeto originalmente concebido para a área de comércio exterior havia produzido um módulo extremamente robusto voltado para contabilidade e auditoria digital. Desenvolvido por servidores da própria casa, o sistema prometia transformar a maneira como os auditores lidavam com os novos dados que chegariam por meio do Sped.

Seu nome era ContÁgil, um acrônimo de contabilidade mais ágil.

O ContÁgil nasceu justamente quando a Receita começava a enxergar o potencial da auditoria digital e do tratamento massivo de dados oriundos do Sped. Sua história se passa em 2009, quando muitos ainda discutiam se uma ferramenta desenvolvida por servidores poderia ter relevância institucional.

Hoje, quando a análise massiva de dados parece algo natural, é difícil imaginar que, naquele momento, uma das maiores barreiras não era tecnológica, mas cultural.

Porém, seu caminho inicial não foi fácil. Havia na instituição forte resistência ao desenvolvimento interno de sistemas. A crença predominante era de que soluções dessa natureza deveriam seguir outros caminhos de concepção e desenvolvimento por meio do contrato com o prestador oficial de serviços de tecnologia do Ministério da Fazenda, o Serpro.

Ainda assim, a Coordenação-Geral de Fiscalização percebeu o potencial daquela ferramenta criada por colegas que conheciam profundamente o trabalho fiscal e que este era o grande diferencial daquele sistema; por isso, decidiu apoiar sua implantação.

Começou então uma jornada para obter o reconhecimento institucional do ContÁgil como ferramenta tecnológica de auditoria digital. Em fevereiro de 2009, por meio da Subsecretaria de Fiscalização, a Secretária da Receita Federal Lina Vieira publicou a Portaria RFB nº 547, de 13 de fevereiro de 2009, constituindo a primeira equipe do ContÁgil para organizar o desenvolvimento e a gestão do sistema, mas ainda estava pendente a oficialização da ferramenta na casa pela homologação da Coordenação-Geral de Tecnologia. Por enquanto, ainda não estava "batizado", era um clandestino no mundo tecnológico da Receita Federal.

Olhando em retrospecto, seria injusto enxergar aquela resistência como mera oposição ao novo. Ninguém estava mal-intencionado. A Coordenação de Tecnologia cumpria um papel essencial: zelar pela segurança da informação, pela integridade dos dados e pela

continuidade dos serviços prestados pela Receita Federal. Tratava-se de uma responsabilidade enorme em um momento de profundas transformações tecnológicas. O ContÁgil representava uma proposta inovadora, desenvolvida dentro da própria instituição, mas ainda fora dos caminhos tradicionais de construção de sistemas corporativos.

As dúvidas eram legítimas. O desafio estava em provar que a criatividade e o conhecimento técnico dos servidores poderiam caminhar lado a lado com os rigorosos requisitos de segurança, governança e confiabilidade exigidos pela administração tributária. Mais do que uma disputa de ideias, era o encontro entre a cautela institucional e a ousadia necessária para construir o futuro.

Mesmo após a saída da secretária Lina, o esforço pelo ContÁgil seguiu firme, ganhando mais adeptos. Entre reuniões, demonstrações e discussões técnicas, surgiu a oportunidade de apresentar o ContÁgil diretamente ao então Secretário da Receita Federal Interino, Otacílio Dantas Cartaxo. Era um encontro importante. Talvez decisivo.

Em meados de 2009, lá fomos nós ao gabinete do Secretário, eu e o desenvolvedor do sistema, o auditor-fiscal Gustavo Figueiredo.

Chegamos no horário marcado e aguardamos na antessala. Os minutos passaram. Depois vieram mais alguns minutos. E nada de sermos chamados.

Estranhamos.

A reunião estava marcada. O Secretário estava no gabinete. Nós estávamos presentes. Mas a porta permanecia fechada.

Resolvi então procurar Simone, secretária do gabinete.

— Simone, viemos para a reunião sobre o ContÁgil. O Dr. Cartaxo está nos aguardando?

Ela respondeu com toda naturalidade:

— Sim. Estou esperando os médicos chegarem.

Confesso que levei alguns segundos para entender.

— Médicos?

— Claro — respondeu ela. — Não é uma reunião sobre contágio? Imaginei que fosse algum assunto relacionado a doença. Estou aguardando uma junta médica.

Por um instante nos entreolhamos. Depois veio o inevitável sorriso.

— Simone, os médicos somos nós.

Ela demonstrou surpresa.

— Como assim?

— Somos médicos digitais. O contágio que viemos combater não dá febre nem exige internação. Ele se espalha pelos arquivos eletrônicos e pelos lançamentos contábeis. Nosso trabalho é encontrar os focos de sonegação antes que a doença se alastre.

A gargalhada foi imediata.

Quando o mal-entendido foi desfeito, o clima descontraído abriu as portas para a apresentação. Entramos na sala do Secretário e mostramos aquela ferramenta que havia sido concebida por servidores da própria Receita para enfrentar os desafios de uma nova era.

Não falávamos apenas de um software.

Falávamos da capacidade da instituição de inovar a partir do conhecimento acumulado por seus próprios profissionais. Falávamos de transformar milhões de registros digitais em informação útil para a fiscalização. Falávamos de preparar a Receita Federal para um mundo que já deixava para trás os livros encadernados e abraçava definitivamente os arquivos eletrônicos.

A apresentação foi bem recebida.

Pouco tempo depois, em julho de 2009, pela Nota Técnica Cotec/Coinf/Disot-Dipot nº 41, de 16 de julho de 2009, o sistema recebeu homologação da área de tecnologia, ainda que com algumas ressalvas naturais em iniciativas pioneiras. Na sequência, foi publicada a portaria que formalizou a equipe de desenvolvimento.

O ContÁgil estava oficialmente de pé. Passou em todas as provas.

O restante da história tornou-se conhecido por gerações de auditores-fiscais.

A ferramenta consolidou-se como um dos principais instrumentos de auditoria digital da Receita Federal, de compartilhamento de inteligências e cooperação para o desenvolvimento. Ajudou a transformar dados em inteligência fiscal, contribuiu para a utilização das informações do Sped e demonstrou que inovação, conhecimento de negócio e capacidade técnica podiam caminhar juntos dentro da própria instituição.

Mas, para quem viveu aqueles dias, permanece viva uma lembrança especial.

Antes de se tornar referência em auditoria digital, antes de ganhar reconhecimento institucional e antes de ajudar a moldar uma nova forma de auditar, o ContÁgil provocou uma curiosa confusão semântica.

Por alguns minutos, na antessala do Secretário, o revolucionário sistema da Receita Federal foi confundido com uma doença. Talvez tenha sido apenas um mal-entendido. Ou talvez fosse um presságio.

Porque, de certa forma, o ContÁgil realmente era contagiante.

Contagiava pela inovação. Contagiava pela qualidade técnica. Contagiava pelo entusiasmo de seus desenvolvedores. Contagiava pela

crença de que os integrantes do Fisco poderiam criar soluções capazes de transformar a sua instituição.

E esse foi um contágio que valeu a pena espalhar.

Menção Honrosa - Prosa:

De comer ou passar nos cabelos?

Marcos André Soares Farias

Assistente Técnico Administrativo Alfândega de Rio Grande – 10RF

— O senhor me dê aqui esses processos e vá ali buscar o seu *cabelinho*.

Este era apenas o desfecho de um dos muitos "causos" hilários contados pela Helena, durante uma pausa para o café, durante um dos trabalhos da nossa equipe.

Pois este se dera há uns bons anos, em um desses dias de frio, chuva fina e muito vento, algo comum no inverno gaúcho. Ela, empunhando firmemente a sombrinha, descia as escadarias que dão acesso ao prédio onde está localizada a Superintendência da 10ª Região Fiscal, em Porto Alegre (apelidado *chocolatão*, pela aparência, incluindo sua cor marrom, que lhe dá a semelhança de uma barra gigante de chocolate), enquanto na direção contrária vinha subindo um homem, também munido de guarda-chuva, sobraçando um calhamaço de processos em papel e, logicamente, preocupado em não perder algum documento nem para a ventania nem para a chuva.

O problema é que o aludido usava uma peruca. Corrijo, em tempo: isto não é problema nenhum, mas, sim, a cruel rajada de vento que, súbita e impiedosamente, arrebatou sua cobertura capilar postiça, até depositá-la (como num último ato de travessura do vento) no espelho d'água que ornamentava, à época, o sopé da escadaria. Atrapalhado e sem saber o que priorizar, ele vacila entre processos e cabelos. Helena, solidária, lhe oferece auxílio com sua impagável frase.

Mas, enfim, nem é essa a história.

A Helena é uma das componentes do grupo que coordeno, a Equipe Itinerante de Gestão Documental da RF10. Nosso trabalho é visitar as unidades, auxiliando na organização e otimização de espaço dos arquivos locais, identificando e classificando documentos segundo as tabelas de temporalidade da RFB e do Arquivo Nacional e assessorando também cada unidade na emissão de Listas de Eliminação de Documentos (as LED).

A equipe, ligada à DIPOL, organiza visitas técnicas de acordo com as demandas enviadas pelas unidades locais. Como coordenador, eu programo o calendário de visitas, convoco a equipe após o aval das chefias imediatas e, ao fim de cada semana de trabalho, redijo relatório com os resultados. Quem atua em nossa equipe tem consciência e certeza de duas coisas: a primeira é que gosta deste trabalho, porque a tarefa em si não é fácil nem "extremamente prazerosa", eu diria; e a segunda é que rumamos para um novo cenário: o momento em que cessarão totalmente (ou quase) os papéis.

Conseguimos identificar de forma bem clara este fenômeno: de 2019 para a frente, as caixas com documentos físicos vão escasseando, processo (muito) acelerado pela pandemia, enfrentada nos três anos

seguintes. Por isso mesmo, fiz questão de redigir, como a *declaração de visão* da equipe, o seguinte: "ser uma equipe reconhecida pela excelência no trato com os documentos, enquanto seu serviço for necessário à Superintendência e ao órgão".

Não se trata de uma declaração feita com espírito anacrônico e entristecido, do tipo "infelizmente, estamos condenados ao fim". Absolutamente: é uma constatação, fruto da evolução natural das coisas no mundo, em que "o digital" não deve ser compreendido como um conjunto que, em determinado momento, estabelece uma intersecção com o conjunto do mundo "real". Na verdade, ele *está* no mundo real: imbricado, entranhado, de maneira indelével e indissociável.

Documentos digitalizados não estão mais sob o severo risco de serem esquecidos numa pasta ou caixa errada, de se perderem com o vento ou de se molharem com a chuva. Fosse nos dias atuais, o homem que subia a escadaria poderia segurar o topo da cabeça com a mão e nem teríamos a história contada pela Helena. O fato é que estamos caminhando e nos adaptando, rumo à definitiva gestão documental digital; mas, enquanto isso não ocorre, estamos de prontidão, trabalhando para que, quando alguém precisar consultar um documento ou processo físico, consiga encontrá-lo sem aquele estresse angustiante: "Onde será que foi parar?"...

Outrora, já fomos duas equipes. Com o tempo, alguns foram se desligando, por diversos motivos, como a Genilce, nossa ex-coordenadora, após superar a concorrência em um novo concurso e deixar a Receita Federal, onde atuou por vários anos como ATA. Com sua saída, assumi a coordenação e decidimos unificar as equipes, formando um único time com dez membros. Atualmente somos sete, após duas

aposentadorias e uma remoção. Viemos de vários cantos do estado: eu pertenço à Alfândega do Porto de Rio Grande, cidade mais antiga do Rio Grande do Sul; três colegas moram e trabalham na capital, Porto Alegre; duas, em Uruguaiana, fronteira com Paso de Los Libres, na Argentina; Helena é lotada na DRF Pelotas, a capital nacional do doce.

Algo que todos nós apontamos como um ponto positivo e atrativo em nossas viagens é o fato de conhecer gente diferente, realidades diversas, características peculiares: cada local conta uma história única. Porque o Rio Grande do Sul não é *só* o que vive no imaginário do povo brasileiro: há subculturas, costumes, tradições e características bem distintas quando se visita a fronteira, o sul do estado, a região da Serra, o norte e a região metropolitana. As paisagens, a gastronomia, até mesmo o sotaque de um nativo de Passo Fundo, se comparado ao de um nativo de Rio Grande, ao de outro de Bento Gonçalves, ao de outro de Novo Hamburgo e ao de outro de Bagé, apresentam modificações.

Além disso, é muito interessante quando achamos, em meio a tantos e variados papéis, documentos históricos: já encontramos alguns datados do início do período republicano, o mais antigo de 1894; outros, bem do início do século 20, de quando não existia a RFB, mas, sim, a *Meza de Rendas Federaes*; ou então folhas de pagamento das décadas de 1910 e 1920, escritas à caneta-tinteiro, com aquela caligrafia impecável que já não dominamos mais nestes tempos modernos. Estes documentos contam não só a história da instituição, mas também a do Brasil: é nossa obrigação tratá-los não apenas como "mais um papel", mas preservá-los como achados de valor.

Dos quatro anos trabalhando neste grupo, algumas convicções ficaram tão claras que as transformei na declaração dos *nossos valores*.

Sem dúvida, a primeira constatação é que o alicerce sobre o qual se ergue todo o sucesso do trabalho é o espírito de equipe. Isso vai além de compartilhar o mesmo espaço e a mesma atividade durante uma semana: é reconhecer o quanto cada um tem algo a acrescentar e saber utilizar isso de forma que todo o grupo seja impactado positivamente, refletindo nos resultados daquilo que nos propomos a fazer.

Para além do trabalho em si, o senso de equipe atua também no respeito pelo colega ao exercer sua atividade, reconhecendo que ele está ali procurando fazer o seu melhor; e ainda em momentos críticos, quando precisamos dar apoio e suporte uns aos outros, como, por exemplo, quando Oscar sentiu um mal-estar em Caxias do Sul; ou a Conceição, quando quase desfaleceu em Porto Alegre; ou mesmo eu, quando fui avisado de que minha mãe havia sido hospitalizada em estado grave e tive que retornar para casa antes do previsto. Nessas horas, o grupo se ajuda, se cuida, trabalha por si e pelo outro.

Além do espírito de equipe, o serviço de gestão de documentos exige de nós algumas outras valências, entre elas, a discrição, porque, creia-me, se encontra de tudo no meio dos papéis: já nos deparamos, inclusive, com declaração de amor dirigida a colega... E, neste mundo atual de superexposição, a discrição não é apenas chique, é obrigatória. Outras atitudes desejáveis são zelo, critério e atenção o tempo todo, pois não se pode correr o risco de, por exemplo, separar para descarte um documento cujo tempo de guarda pode chegar a vinte, trinta anos ou até mais.

É nesse sentido que o primeiro processo, o de triagem, é fundamental no nosso trabalho. Após separarmos o que é "triturável" do que é documento de guarda, vem a classificação, fase na qual recorremos

aos códigos das tabelas de temporalidade, o que nos exige contato e conhecimento de uma grande variedade de documentos, próprios de cada área da Receita Federal, desde os cadastros, passando por tributos internos, fiscalização e aduana, até a área-meio (gestão de pessoas, logística, financeiro, tecnologia da informação).

Seguindo esta linha de produção, vem a identificação visual (com as caixas de documentos recebendo o selo padrão, contendo código, descrição do documento, tempo de guarda e prazo para eliminação) e, por fim, a disposição e a organização nas prateleiras do arquivo.

Lembram quando eu ressaltei que não seria um trabalho "extremamente prazeroso"? Pois é, às vezes ele nos expõe a pó, umidade, mofo e outros reveses sanitários. Não há como esquecer, por exemplo, a trágica enchente que assolou o território gaúcho em 2024, inutilizando parte dos arquivos nas Alfândegas do Aeroporto Salgado Filho e do Porto de Rio Grande e simplesmente todo o acervo do antigo prédio da ARF São Leopoldo, localizado à margem do Rio dos Sinos. Para calcular os prejuízos, foi preciso visitar os locais depois que a água baixou: uma mistura de água do rio, esgoto, lama, animais mortos e caixas de papel. Vendo aquele cenário devastador, não havia como não se solidarizar com as lamentáveis perdas, muito maiores do que documentos, que vitimaram tantas famílias da nossa tão querida terra.

Muitas vezes, o trabalho também é braçal e, portanto, cansativo. Mas, sabem? Depois de tudo, é recompensador: é bonito ver, ao fim da semana de trabalho, aquelas prateleiras todas uniformes, com suas caixas padronizadas, código a código, ano a ano. Ao fim e ao cabo, continuamos realizando nossas visitas, e a equipe sempre me pergunta

quando e qual será a próxima, porque consideramos, unanimemente, que os prós superam os contras.

Tenho convicção de que parte desta constatação vem do fato de sabermos conduzir um serviço sério e que exige dedicação de uma maneira mais leve, porque cultivamos também momentos de descontração, em meio à formalidade rígida e austera dos papéis e das tabelas; não à toa, um dos teóricos da Administração, Chester Barnard, estudou e apontou a relevância da *organização informal*, ou seja, aquela do convívio e das interações sociais, que existe para além dos setores, cargos e atribuições, na consecução dos fins da organização formal. Eu falaria também de Elton Mayo em Hawthorne, mas, por Deus, isto aqui não é uma aula do curso de Administração, e você já entendeu a mensagem.

É nesses momentos de informalidade e descompressão que emerge alguma individualidade peculiar ou algum detalhe curioso: eu, Marcos, às vezes faço imitações e gosto de falar sobre música, futebol e histórias ocorridas no ambiente de trabalho, como o leitor pode constatar; Oscar, que tem como "toque" no celular o latido do seu cachorro toda vez que a mensagem vem de casa, analisa e discorre sobre filmes, séries e novelas; Nara, às vezes, nos arranca risos com suas frases, consequência do jeito "super sincero" de ser; Anete, Conceição e Elanir são especialistas em histórias de perrengues em suas longas viagens de ônibus a serviço.

E, finalmente, a Helena. Bem, uma característica marcante sua, além de ser nossa melhor contadora de histórias, como aquela do *cabelinho*, é que ela, durante o processo de triagem e classificação dos papéis, costuma falar em voz alta o tipo ou o título do documento. Isto acontece toda vez que lhe surge uma dúvida, na esperança de que algum de nós

responda, diagnosticando se aquilo faz parte do escopo documental e, em caso afirmativo, qual seria uma provável classificação. Geralmente Helena ergue um pouco a cabeça para ajustar o foco dos óculos sobre o papel, alinha o corpo e emposta a voz, como se fosse discursar:

— Ato de destinação de mercadorias!

— Termo de concessão de admissão temporária!

— Relatório de verificação física!

Às vezes, em vez do título, ela se pega numa expressão ou palavra que lhe chama a atenção no corpo daquele documento:

— *Colis Postaux*!

— *Demurrage*!

E, quando se trata de algo assim, muito específico e diferente do trivial, após o anúncio do documento, solta um de seus muitos bordões, que, aliás, entrou definitivamente para o vocabulário de frases e expressões da nossa equipe:

— Mas afinal, *isso* é de comer ou de passar nos cabelos?

E é assim, neste ambiente de seriedade e produtividade, às vezes atenuado pela necessária informalidade, que tratamos os documentos físicos da "décima".

Pois então. Desta vez, estávamos trabalhando no prédio da Superintendência (o já citado *chocolatão*). A tarefa não era fácil: em duas semanas, precisávamos dar conta da carga documental de várias divisões, além da ALF e da DRF Porto Alegre. Devo admitir, foi uma das visitas técnicas mais cansativas (agravada pela forte gripe que contraí naqueles dias; Anete também estava com uma tosse persistente) e, se não fossem o espírito de equipe, o ambiente leve de que falei e, não menos relevante, o café sempre novinho, acompanhado de variadas

guloseimas, gentilmente oferecido pelos setores demandantes para nossas necessárias pausas, provavelmente teríamos falhado na missão: era muito volume de papel.

Nosso espaço de trabalho era uma sala ampla, que dispunha de uma ilha formada por quatro mesas em "L"; eu estava em uma delas, ocupado com algumas caixas de documentos da DIFIS, e Helena estava na mesa à minha frente, analisando documentos da DISIT. Até que um deles lhe chamou a atenção: era um ofício contendo uma questão sobre tributação, encaminhada pela Prefeitura do Município de Anta Gorda, região do Alto Taquari, centro-leste do Rio Grande do Sul.

Abre parênteses: o curioso nome se deve a um episódio em que foi abatido um desses animais, de grandes proporções, por algum dos desbravadores da região. A partir disso, a localidade, que ainda não era município, ficou conhecida por "ali, onde mataram uma anta gorda". E assim permaneceu, sob a chancela da população. Fecha parênteses.

Pois estava eu ali, absorto na classificação e na temporalidade de algumas caixas contendo documentos de operações de fiscalização, quando, então, Helena me encara, documento em uma das mãos, dedo da outra mão em riste, olhar por cima dos óculos, a declarar, com voz firme, pronúncia clara e postura de oradora:

— Anta Gorda!

Ao que me restou apenas olhar firme para ela e responder:

— Mas, pelo menos, estou tentando diminuir o carboidrato!

Primeiro Lugar - Poesia:

O cordel do disquete devolvido

Gelson Machado Guarçoni

Auditor Fiscal – Copei – UC

Campos dos Goytacazes, abril de 1998

Chegue perto, meu leitor,
que eu vou contar em cordel
um causo lá da Receita,
num tempo de fé em papel,
de um tempo em que a internet
cabia num carretel.
No fim de noventa e sete
tomei posse na missão:
Auditor-Fiscal do quadro
do Tesouro da Nação.
Éramos sete, chegando
na mesma designação.
Deixei o Espírito Santo
e fui pro meio do canavial:

em Campos dos Goytacazes,
sol de rachar o quintal,
delegacia pequena
no mapa do litoral.
Yara, minha delegada,
me tomou por assistente:
“Menino, vem me ajudar
no que pintar de repente.”
Andei por todo setor,
um faz-tudo permanente.
Março de noventa e oito,
tempo de declaração,
o povo fazendo fila
com seu disquete na mão,
preenchido no PGD,
fruto da computação.
O atendente validava,
recibo pra registrar,
disquete dentro da caixa
— cem cabiam no lugar —,
lote cheio, lacre posto,
outra caixa a se empilhar.
Disquete, pros mais novinhos,
é o desenho de “salvar”;
pra nós era coisa séria,
documento a se guardar,
a renda de um ano inteiro

num quadrado a se lacrar.
Mas um vento de futuro
soprou naquele verão:
o tal do Receitanet,
que manda por conexão
direto pro grande SERPRO,
sem disquete no balcão.
Um ano antes, de fininho,
sem festa e sem promoção,
o Brasil fora o primeiro
do mundo em tal transmissão:
declarar pela internet
ao Leão — que evolução!
Internet naquele tempo
era coisa de valor:
modem gritava na linha
num concerto de horror,
a conexão, quando vinha,
caía — que dissabor!
Pedi licença pra Yara,
chamei Maria Tereza
no Centro de Atendimento
— topou logo, com presteza —,
Francisco, chefe das máquinas,
instalou com ligeireza.
Primeiro fui convencer
o pessoal do balcão,

que empilhou tanto disquete,
descria da transmissão:
“Aperta e vai pra Brasília?
Duvido — me mostre então!”
Treinei, testei, transmiti,
o recibo apareceu,
e o mais cético da casa
foi quem mais se convenceu,
a fila correu mais leve
e a caixa se recolheu.
E o povo? Desconfiado
do quadradinho a voltar:
“Vocês não ficam com ele?”
“Não, senhor. Pode levar.”
“E foi entregue?” “Foi, sim.”
“Certeza?” “Posso jurar.”
“E o comprovante, cadê?”
“Tá gravado aí, doutor.”
O homem saía desconfiado,
espiando ao redor,
que nem quem leva de volta
a carta pro seu amor.
A confiança morava
no papel autenticado,
no verso do formulário,
no carimbo bem molhado,
na segunda via presa

no processo costurado.
Mas notícia boa voa:
o contador comentou,
a rádio, o jornal da terra,
a televisão chegou,
e a fila do CAC minguando,
pois o povo se animou.
Trinta de abril, meia-noite,
prazo quase a se fechar,
e nós ali transmitindo
sem ninguém imaginar
que uma página futura
se escrevia devagar.
Semanas depois chegaram
os números da nação:
no Brasil de ponta a ponta
a adesão foi de tostão,
mas havia um ponto fora
da curva — e da previsão!
A pequena DRF
de Campos — pasme, leitor! —
foi a que mais transmitiu
— por cabeça, por favor! —
declaração pela rede
em todo o Brasil, senhor!
Não foi verba milionária,
nem plano da capital:

foi equipe acreditando
num amanhã digital,
gente simples e teimosa
do serviço federal.
Hoje são mais de quarenta
e quatro milhões — pois é! —,
declarações num só ano,
pelo celular, na fé,
já vem pré-preenchidinha,
resolvida no café.
Mas eu gosto de lembrar
que o futuro, meu irmão,
chegou mais cedo por Campos
na fila de algum balcão,
entre modem e disquete
devolvido em nossa mão.
Meu cordel termina aqui,
quem contou foi quem viveu:
se hoje o Leão é moderno
e o disquete se perdeu,
foi que em Campos, certo dia,
o amanhã aconteceu.

Segundo Lugar - Poesia:

O Camarão da véspera do Dia dos Pais

Eduardo Antônio Costa

Auditor Fiscal – DRF Joinville – RF09

Era sábado de expectativa e emoção,

véspera dos abraços e da comemoração.

Falava-se de almoço, de encontro e reunião,

de costela, de churrasco e até de camarão.

Um colega defendia, com firme convicção,

que não havia festa sem um belo camarão.

Todos riram da conversa e daquela opinião,

sem imaginar que o tema voltaria à discussão.

No meio de mais uma operação de fiscalização,

de vigilância ativa e forte repressão,

foi monitorado e abordado um caminhão.

Levava trigo e farinha, segundo a declaração,

e alguma coisa parecia fugir da normal situação.

Quem vive muitos anos na mesma profissão

aprende a ouvir o murmúrio da observação.

Não era prova ou fato, nem confirmação,

era apenas uma dúvida pedindo atenção.

Começou então o trabalho de verificação.

Saco após saco seguia a inspeção.

Trigo de um lado, farinha na mão,

tudo de acordo com a documentação.

Enquanto o tempo passava na operação,

lembrei dos velhos tempos da repartição.

Processos em papel, carimbo e protocolação,

muito antes da era da digitalização.

Hoje os dados percorrem veloz conexão,

os sistemas respondem com agilidade à questão.

Mudaram-se as ferramentas de execução,

mas permaneceu a essência da investigação.

Foi quando surgiu uma estranha interrupção:

Entre os sacos apareceu inesperada visão.

Uma caixa escondida chamou a atenção,

como a primeira pista de uma revelação.

Depois veio outra, depois um montão,

alterando por completo toda a percepção.

O caminhoneiro contava nova versão,

bem diferente daquela primeira impressão.

Sob trigo e farinha, com sutil ocultação,

escondia-se a verdadeira carga da operação:

Centenas de caixas de camarão em circulação,

guardadas sob a falsa aparência da composição.

Por alguns segundos reinou a contemplação.

A suspeita de contrabando virou constatação.

Encontramos o almoço de parte da população!

Sem controle sanitário, fomos a salvação,

evitando milhares de pessoas sob contaminação.

Mais de cinco toneladas de camarão estrangeiro sem validação.

Havia ali guardada uma valiosa lição:

O mais importante de toda aquela atuação

não foi o volume nem a alta valoração.

Foi perceber que toda a nossa ação

nasce da paciência e da observação.

Ao pensar nas famílias em confraternização,

na manhã do Dia dos Pais em celebração,

compreendi melhor a força da nossa missão:

Servir à sociedade com total dedicação.

Ao longo dos anos vi grande transformação.

O papel cedeu espaço à inovação.

Arquivos tornaram-se pura informação,

e os modernos sistemas assumiram a operação.

Mudou a tecnologia em constante evolução,

mudou a velocidade da comunicação,

mas permanece viva a mesma vocação:

Buscar a verdade em cada situação.

Naquela tarde tudo indicava uma direção,

tudo apontava para trigo na inspeção.

Mas foi preciso olhar além da versão

para encontrar o que estava oculto na composição.

Talvez por isso eu guarde essa recordação.

Não pelo camarão,

nem pela determinação ou pela atuação,

mas porque ela resume, com precisão,

o sentido permanente da nossa função.

Ontem, entre pilhas de papel na repartição.

Hoje, diante de telas e da digitalização.

Amanhã, com novas formas de automação.

continuaremos retirando camadas na missão.

Porque mudam os sistemas de atuação,

mudam os meios e a tecnologia da gestão,

mas permanece o compromisso da Instituição:

Procurar aquilo que tentaram esconder,

e fazer a verdade, enfim, prevalecer.

Nossa missão no combate ao crime de contrabando,

protegendo vidas enquanto o país está comemorando.

A carga estrangeira ilegal que vinha entrando

foi barrada a tempo, o perigo afastando.

No Dia dos Pais, cumprimos o nosso papel:

Garantir a saúde e a justiça sob o mesmo céu.

Terceiro Lugar - Poesia:

Bens transformados, futuros conectados

Uma história de inclusão digital, educação e transformação social no Tocantins

Leidianny Carvalho de Alencar Porto

Assistente Técnico Administrativa – DRF Palmas – RF01

Havia máquinas pelo caminho,

Que davam acesso a sinais clandestinos,

Levando a conteúdos sem autorização,

Distantes de sua verdadeira função.

O destino dos aparelhos mudou,

Com a fiscalização uma nova história começou.

E o que a Receita Federal apreendeu,

Um novo propósito conheceu.

O que antes o acesso irregular permitia,

Agora abre caminhos para a cidadania.

Com a tecnologia e a educação,

Cada equipamento encontrou outra função.

O software irregular ficou para trás,

E o aprendizado avança cada vez mais.

No Tocantins, a mudança ganhou dimensão:

Quarenta e seis municípios alcançados,

Setenta e sete laboratórios inaugurados,

Mais de dezoito mil estudantes beneficiados.

Crianças sorrindo, olhos brilhando,

É a Receita Federal chegando,

Aos cantos distantes, à zona rural,

Levando esperança e inclusão digital.

E, em cada escola que recebe essa conquista,

Há muito mais que uma máquina à vista:

Há crianças descobrindo que podem ir além,

Há novos caminhos que se abrem também.

Onde antes o acesso era limitado,

Um novo horizonte é revelado.

Mesmo distante dos grandes centros,

A tecnologia aproxima conhecimentos.

Cada computador é uma porta a se abrir,

Um convite para descobrir e construir.

Cada estudante que aprende a explorar

Encontra mais possibilidades de sonhar.

Assim, a Receita Federal mostra, em sua ação,

Que um bem apreendido pode ganhar nova destinação.

O que antes tinha um uso irregular

Torna-se ferramenta para ensinar.

E nessa mudança, que vai além do equipamento,

Floresce a esperança, cresce o conhecimento.

Pois construir um futuro mais justo e solidário

É fazer do acesso um direito necessário.

Do sinal clandestino à conexão,

Da apreensão à inclusão,

Bens transformados, futuros conectados:

Novos caminhos para sonhos alcançados.

Nota da autora:
O Projeto Escola Digital transforma equipamentos TV Box apreendidos pela Receita Federal, utilizados para acessar irregularmente canais de televisão por assinatura e outros conteúdos audiovisuais, em ferramentas de inclusão digital. Em uma ação de extensão universitária, a parceria com a universidade permite reconfigurar os aparelhos, removendo o software utilizado para a recepção irregular de sinais e instalando sistemas que possibilitam seu uso como microcomputadores. Por meio dessa iniciativa, bens apreendidos ganham uma nova finalidade e passam a contribuir para a educação pública, transformando equipamentos oriundos do crime em ferramentas de aprendizagem e valor para a sociedade.
Entre 2023 e 2026, o projeto possibilitou a implantação de 77 laboratórios de informática em 46 municípios tocantinenses, beneficiando mais de 18 mil crianças de escolas públicas. Mais do que equipamentos, a iniciativa leva acesso à tecnologia, amplia oportunidades de aprendizagem e aproxima estudantes de novos conhecimentos, independentemente da condição social ou da localização geográfica.

Menção Honrosa - Poesia:

Do papel ao digital – 40 anos sem igual

Jaime Togores

Analista Tributário. COFIS - UC

Para o amigo leitor deste relato solitário

Talvez precisássemos redigir algum tipo de glossário

Foi no ano de 86, lá do século passado

Que na Receita ingressei, sem ser estatuário

No ano seguinte, retorno na Carreira de Auditoria

Tempos de formulários, carbono e datilografia

CNPJ era CGC, DCTF não existia

A DIRF em fitas magnéticas e em papel se recebia

Cartão do contribuinte era CIC, bege e etiquetado

Multiplicidade de registros, uma base em cada estado

E as pesquisas? Eram feitas nas extintas microfichas

Como explicar o que eram? Um “raio X” com letrinhas

Computadores nas mesas? Só na ficção científica...

Em Terminais numa sala, com agenda restrita,

Fazíamos as pesquisas necessárias e habituais

Lidas em formulários contínuos de impressoras matriciais

Alguns destes formulários também eram carbonados

Substituindo os antepassados: formulários datilografados

DTA tinha sete vias? Como gato tem sete vidas...

Como a DI numeradas e perfuradas, velhos tempos, velhos dias.

Os primeiros monitores: letras brancas, verdes, laranjas

Sistema operacional sem interface gráfica, era o panorama

Décadas de transições desde que aqui ingressei

Foram tantas transformações que eu aqui testemunhei

O Ministério foi rebatizado, tantos nomes, tantas vezes

Nosso Órgão também tem mudado: o seu nome e seus deveres

A logomarca se modernizando, ao longo das décadas representando:

A moeda ao centro; os contribuintes e o Estado ao redor dela, se integrando

A estrutura foi crescendo, nasceram subsecretarias,

Novas coordenações germinaram, investimentos e melhorias

Processos em volumes imensos, em papeis amarelados,

Hoje residem nos arquivos dos originais digitalizados

Na palma da mão, em aplicativo, ou nas telas do escritório

Todo o processo tramita por nosso amplo território

Aposentamos os malotes e custos de transporte

Do papel ao digital, travessia, estamos fortes

As declarações em papel fizeram história antes de morrer

Conviveram com os disquetes – discos flexíveis, e os CDs

Menos papel circulando, mais árvores, mais vida

Cenário de uma nova era, mais ecológica e comprometida

Um desafio imenso num país tão desigual

Inserir os mais idosos e os mais pobres no digital

Multiplicar os NAFs, manter os atendimentos,

Nosso povo e nossa gente merecem nosso respeito

Do mais prodigioso empresário ao mais humilde trabalhador

Nosso compromisso não distingue, em nossa missão de servidor

Que as telas sejam aliadas e jamais seja empecilho

O digital seja amigável, nunca seja um inimigo

Já escrevemos em cavernas, já escrevemos em papiro,

Depois inventamos a prensa e chegamos no algoritmo

Pensando nas novas gerações, sem luz, sem oportunidades,

Há vinte anos iniciamos, entre nós, nesta cidade

Uma corrente do bem para promover o estudo

Da informática às línguas, avançando em outros cursos

Um Projeto de publicanos, sempre malvistos na história,

Mudaria em muitas vidas suas próprias trajetórias

E muitos colegas irmanados dentro da RFB

Nesse Projeto se engajaram com propósito em seu fazer...

Passaram por essas revoluções tecnológicas e de governança

E hoje fomentam a Educação com belas mãos da esperança

Cultivamos proximidade com a nossa sociedade

Somos irmãos, somos singulares, temos a mesma humanidade

A imagem de publicano vai ganhando outros traços

Já não somos “aqueles tiranos” a serviço do Estado

Temos nossa responsabilidade e nossa missão tem valor

O tributo arrecadado é serviço em nosso favor

Os escândalos, os problemas, desvios na aplicação

Não estão na nossa alçada e nem em nossa gestão

Fim dos tempos com a IA? O virtual agora pensa

Um papel jamais produzia por si mesmo uma sentença

O digital incrementado, autogerido é nosso futuro?

Lá atrás, há 40 anos, o terminal era burro

Talvez seja o mesmo cenário, lá na nuvem é o Olimpo

Os deuses da IA aprendendo com tudo que é produzido.

Fascinante esta viagem de lembranças em minha vida

Nem de longe imaginava uma experiência tão rica

Quantos amigos, quantas mentes que brilham aqui trabalhando

Eu aqui, coadjuvante, servindo e admirando

Um papel ou uma tela, em si mesmos, são tão pobres

O humano é o inventivo que os pode tornar tão nobres

Foi uma viagem incrível com amizades que o tempo plasmou

Foi uma viagem incrível vivida com muito amor.

* * *

Agradecimentos

A Divisão de Memória Institucional da Receita Federal do Brasil agradece a todos os participantes por contribuírem para a preservação da história da instituição, por meio do registro de suas experiências laborais e reflexões sobre o cumprimento diário da nossa Missão Institucional.

Estendemos nosso reconhecimento aos integrantes da Comissão Julgadora, que dedicaram seu tempo à leitura e à avaliação cuidadosa dos trabalhos inscritos, contribuindo para a seleção do material.

Os textos premiados, divulgados nesta prévia, juntamente com os demais classificados, serão publicados em livro impresso e/ou digital em 2027.

Aos que ainda não participaram, fica o convite para que compartilhem, na próxima edição, suas Histórias de Trabalho.

Agradecemos a todos!